



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RPPS/SC

1 **ATA DA 47ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO**
2 **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE**
3 **SANTA CATARINA** Ata n. 56 – Realizada aos 02 dias do mês de junho de 2016,
4 com início às 14:00 horas, na sede do Instituto de Previdência do Estado de Santa
5 Catarina – IPREV/SC, situado na Rua Visconde de Ouro Preto, n. 291, Centro, 9º
6 andar, Florianópolis, Santa Catarina. **Conselheiros presentes:** 1. Luiz Fernando
7 Philippi (Conselheiro titular e Presidente); 2. Ana Maria Duarte (Conselheira titular);
8 3. Adriana Coelho Sobierajski (Conselheira Suplente); 4. Alcionei Vargas de Aguiar
9 (Conselheiro titular); 5. André de Farias (Conselheiro titular); 6. Diego Vieira de
10 Souza (Conselheiro Suplente), 7. Dijalma Antônio da Silva (Conselheiro suplente);
11 8. Fabio Matias Polli (Conselheiro titular); 9. Juliano Dossena (Conselheiro titular);
12 10. Julie Anne Saut (Conselheira titular e Secretária); 11. Kliwer Schmitt
13 (Conselheiro titular); 12. Sérgio Prim (Conselheiro titular). **Encaminhamentos:** O
14 Presidente do Conselho de Administração do Regime Próprio de Previdência dos
15 Servidores de Santa Catarina - RPPS/SC Sr. Luiz Fernando Philippi constatou a
16 existência de *quorum* legal de instalação da Sessão Ordinária, ao que ela foi
17 declarada instalada. Foi registrada a presença do Presidente do IPREV Renato
18 Luiz Hinnig. **Assuntos Gerais:** 1. Esteve com a palavra o Presidente do IPREV,
19 que falou sobre as ações e procedimentos para aproximação das decisões
20 técnicas junto aos Poderes e Órgãos, registrando a presença do Diretor de
21 Recursos Humanos do Poder Executivo e de todos os Diretores do IPREV. 2.
22 Quanto à notícia apresentada ao colegiado quanto à eliminação de envio de contra
23 cheques ao segurados do RPPS/SC inativos e pensionistas, a conselheira Ana
24 Maria Duarte, representante dos Pensionistas do Estado de Santa Catarina,
25 manifestou-se contra a suspensão da emissão e envio dos contra cheques aos
26 pensionistas, solicitando a revisão desse procedimento, com a continuidade do
27 envio, ao argumento de que a maioria dos pensionistas são idosos sem acesso à
28 internet, tornando inviável na prática que referidos segurados tenham acesso ao
29 documento. 3. Quanto ao requerimento do Conselho Fiscal de remessa de cópia
30 do relatório conclusivo da análise dos relatórios bimestrais de novembro de 2012 a
31 junho de 2013 exarado pelo Conselheiro Relator Alcionei Vargas de Aguiar no
32 processo que avaliou os Relatórios Bimestrais do Controle Interno, o Conselho de
33 Administração deliberou que o referido relator encaminhe ao Conselho Fiscal uma
34 segunda via do original, assinada, para restauração de autos. **Ordem do dia: 1)**
35 **Leitura, discussão e votação da Ata n. 55 da Sessão Ordinária realizada no**
36 **dia 05 de maio de 2016.** Foi lida a ata da Sessão Ordinária realizada no dia
37 05.05.2016, que após sugestões de alterações, foi achada conforme o deliberado,
38 aprovada e subscrita pelos Conselheiros presentes na referida sessão. **2)**
39 **Apresentação dos estudos realizados pela Unidade Gestora IPREV sobre o**
40 **censo previdenciário, aquisição de sistema informatizado para a prestação**
41 **dos serviços previdenciários e normas sobre os serviços previdenciários.** O
42 analista Marcos Souza, da Diretoria Jurídica do IPREV, apresentou os dados do



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RPPS/SC

43 IPREV sobre a possível aquisição de Sistema Previdenciário de *Software*, ao
44 argumento de que possibilitará suprir o *déficit* tecnológico para otimização dos
45 serviços previdenciários no IPREV. Disse que entre janeiro e fevereiro do corrente
46 ano, o IPREV contactou diversos Regimes Próprios de outros estados da federação,
47 especificamente através da área de tecnologia de informação. Mencionou que o
48 valor da eventual aquisição de *software* (sistema informatizado para a prestação
49 dos serviços previdenciários é de R\$ 8.306.688,73 e que a propriedade do sistema
50 informatizado será do IPREV. Explicou que o sistema vai possibilitar base de dados
51 com integração com o SIGRH e demais sistemas de RH dos demais Poderes e
52 Órgãos do Estado, e que isso acabará com a necessidade atual de envio de ofícios
53 entre o IPREV e os Poderes e Órgãos vinculados ao RPPS/SC. Explicou ainda,
54 que foi realizada previamente uma pesquisa de mercado, com 9 (nove) empresas
55 e que tanto TCE e TJSC manifestaram concordância com a integração com o
56 sistema informatizado autônomo do IPREV, para troca de informações. Relatou
57 que o parecer jurídico do IPREV foi favorável ante os benefícios e as
58 funcionalidades do sistema de gestão previdenciário, entre eles, citou, quanto às
59 funcionalidades: conhecer o segurado e seus dependentes; controlar prazos;
60 cruzamento de dados e informações; análise pormenorizada de processos;
61 celeridade; cálculo atuarial; auditoria; controle da arrecadação e padronização e,
62 quanto aos benefícios: “cadastro histórico da vida do servidor, instrução de
63 processos e defesas judiciais; evitar fraudes e tentativas de recebimento indevido
64 de benefícios; redução do número de processos judiciais; agilizar a habilitação de
65 processos para compensação com o RGPS/INSS (Comprev); unificar a folha de
66 pagamento de inativos e pensionistas na unidade gestora para fins de
67 arrecadação, com a conseqüente redução do contingente de pessoal e economia;
68 planejamento atuarial consistente; economia do volume de processos, análises, e
69 demandas administrativas e judiciais.” Relatou ainda, que a ferramenta já tem
70 adequação de acordo com a legislação, que ela atende as necessidades do
71 sistema previdenciário, sendo que o IPREV entrou em contato com ABIPEM e
72 Ministério da Previdência, a respeito do SISPREV. O Presidente do IPREV Renato
73 Luiz Hinnig disse que os cálculos atuariais não são seguros e que a ferramenta
74 possibilita as informações fidedignas e gestão eficiente, sendo necessária a
75 segurança de gestão do RPPS, e que serão disponibilizados documentos do
76 pregão ao Conselho de Administração. Os conselheiros Alcionei Vargas de Aguiar
77 e Ana Maria Duarte manifestaram-se favoravelmente à aquisição do Sistema
78 Previdenciário pelo IPREV, considerando a necessidade de segurança dos dados e
79 cruzamento de informações. O conselheiro Kliwer Schmitt discorreu sobre a
80 necessidade do sistema informatizado, e que o custo-benefício deve ser analisado,
81 considerando que o sistema e-Sfinge adquirido pelo TCE-SC custou cerca de 2,5
82 milhões e gera informações de todos os 295 municípios. O substituto da Diretora
83 Jurídica do IPREV Dra. Silvana Westarb, Diretor Jurídico Dr. Marcos Aurélio
84 Pamplona disse que o SIGRH está na segunda edição mas não tem autonomia e



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RPPS/SC

85 não supre a demanda. Félix Fernando da Silva, da Secretaria de Estado da
86 Administração, que coordena o projeto do SIGRH, disse que referido sistema não
87 tem como objeto a gestão do Regime Próprio e que nele não há dados dos
88 servidores do TJSC e TCE-SC. Enfatizou que os benefícios da aquisição do
89 sistema informatizado pelo IPREV são de economia de tempo, transferência rápida
90 de informações, nova cultura administrativa de gestão previdenciária com base
91 num sistema conjunto para todos os Poderes e Órgãos do Estado. O Diretor de
92 Gestão de Recursos Previdenciários Marcelo Panosso Mendonça, enfatizou que o
93 sistema vai possibilitar o melhoramento da gestão previdenciária e que a legislação
94 previdenciária alinhada com o sistema previdenciário representa economia de
95 recursos previdenciários. Disse ainda, que os benefícios do sistema justificam o
96 custo, citando, entre eles, a auditoria, folha de pagamentos, fiscalização dos
97 inativos e cruzamento de dados. O Presidente do IPREV disse que os recursos
98 para a aquisição do sistema já estão assegurados pela Secretaria de Estado da
99 Fazenda, inclusive tal compromisso teria sido incluído no acordo do IPREV e
100 Secretaria de Estado da Fazenda relativo à contratação com o Banco do Brasil. **3)**
101 **Discussão sobre a solicitação da Unidade Gestora visando a alteração da**
102 **Taxa de Administração, nos termos do ofício recebido do IPREV n. 213/2016 –**
103 **da Presidência do IPREV.** O Presidente do IPREV Renato Hinnig apresentou ao
104 Conselho de Administração requerimento de aprovação da Taxa de Administração
105 em 0,89% em razão da modificação do patamar da Taxa de Administração,
106 explicando que para o cálculo foram computadas as despesas da Unidade
107 Gestora, bem como os investimentos da Unidade Gestora, ao invés da previsão de
108 orçamento. A Gerente de Administração Finanças e Contabilidade, Lorene Bastos
109 Flores enfatizou que a não aprovação da alteração da Taxa de Administração
110 implicará na inviabilidade das atividades e cumprimento de contratos/pagamento
111 de despesas por parte da Unidade Gestora. O Presidente do IPREV explicou que o
112 Decreto de Fixação da Taxa de Administração foi publicado, e que poderá ser
113 corrigido, de acordo com a aprovação da Taxa de Administração indicada pelo
114 IPREV (em 0,89%). O conselheiro Dijalma Antônio da Silva indagou quanto à
115 inclusão de cabeamento no cálculo da Taxa de Administração, o Presidente do
116 IPREV respondeu que será implantado em 2016, haja vista que é uma condição
117 para a implantação do sistema previdenciário. **Votação:** Foi colocada em votação o
118 requerimento do IPREV de aprovação da Taxa de Administração indicada pelo
119 Presidente do IPREV em 0,89%, ao invés de 0,851%, em vista do novo cálculo
120 apresentado sobre as despesas e considerados os investimentos. **Deliberação:** O
121 Conselho de Administração votou pela aprovação da indicação da Taxa de
122 Administração em 0,89% por onze votos a favor e um voto contra, do conselheiro
123 Alcionei Vargas de Aguiar, que requereu o registro em ata de seu voto contrário. O
124 conselheiro Dijalma Antônio da Silva votou favorável, mas enfatizou ressalva com
125 relação ao denominado PASEP parcelado, requerendo ao Presidente do IPREV e
126 Diretora de Administração do IPREV, que a sigla PASEP parcelado seja



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RPPS/SC

127 esclarecida detalhadamente ao Conselho de Administração, no sentido de informar
128 do que se trata esse parcelamento, o valor total, o prazo do parcelamento,
129 manifestando que tal valor causou um grande impacto no cálculo da Taxa de
130 Administração, sendo quase o valor total do custeio da unidade gestora. **6)**
131 **Assuntos Gerais:** tratados no início desta ata. **Encerramento:** O Presidente do
132 Conselho de Administração encerrou a Sessão às 18:00 horas, da qual eu Julie
133 Anne Saut, Conselheira representante dos Servidores do Poder Judiciário do
134 Estado de Santa Catarina, Secretária do Conselho de Administração, lavrei esta
135 ata que será submetida à análise, discussão e aprovação pelo Conselho de
136 Administração, de acordo com o disposto no Regimento Interno. Nada mais.

137

138

139 Luiz Fernando Philippi
140 Representante Inativos do Estado
141 Conselheiro Titular e Presidente

Ana Maria Duarte
Representante Pensionistas do Estado
Conselheira Titular

142

143 Alcionei Vargas de Aguiar
144 Representante Tribunal de Contas
145 Conselheiro Titular

Adriana Coelho Sobierajski
Representante Ministério Público
Conselheira Suplente

146

147 Dijalma Antônio da Silva
148 Representante Ministério Público
149 Conselheiro Suplente

Diego Vieira de Souza
Representante Poder Legislativo
Conselheiro Suplente

150

151 Fábio Matias Polli
152 Representante Poder Legislativo
153 Conselheiro Titular

Juliano Dossena
Representante Poder Executivo
Conselheiro Suplente

154

155 Julie Anne Saut
156 Representante Poder Judiciário
157 Conselheira Titular e Secretária

Kliwer Schmitt
Representante Tribunal de Contas
Conselheiro Titular

158

159 Sérgio Prim
160 Representante Poder Executivo
161 Conselheiro Titular

Jair de Souza
Representante Poder Executivo
Conselheiro Suplente

162

163